

OPINIÃO

Servidores do Detran fazem paralisação hoje. Página 3.

OLIBERAL

FILIADO A SOCIEDADE
INTERAMERICANA DE IMPRENSA - SIPANJ ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNALISPresidente
Lucidéa Batista MaioranaPresidente Executivo
Romulo Maiorana Jr.Diretor-Editor Corporativo
Ronaldo MaioranaDiretora Administrativa
Rosângela Maiorana KzanDiretora Comercial
Rosemary MaioranaDiretor Industrial
João Pojucam de Moraes FilhoDiretor Redator-Chefe
Walmir Botelho D'OliveiraDiretor de Novos Negócios
Ribamar GomesDiretor de Marketing
Guarany JúniorDiretores
José Edson Salame
José Luiz Sá PereiraO LIBERAL é editado por
Delta Publicidade S/A
CGC. (MF) 04929683/0001-17.
Inscrição Estadual: Isenta.
Municipal: 08.496.Administração, Redação,
Centro Tecnológico Gráfico,
Publicidade
Rua 25 de Setembro, 2473.
CEP: 66.093-000.
Telefone: 3216-1000.
Endereço Telegráfico: JornalLiberal.
Fax: (091) 3216-1143.
Belém, Pará, Brasil.As opiniões emitidas em textos assinados
são livre manifestação do pensamento de
seus autores e não representam a opinião
do jornal.Sucursal Centro/
Centro-OesteDiretor:
Fábio Andrade► **Brasília - DF**
SRTVN Q 701 CONJ. C.
Ed. Centro Empresarial Norte,
Bloco B, sala 432. Cep. 70.719.900.
Fonefax (61)-3328-9394/3328-9396.
E-mail: sanab634@zaz.com.brSucursal Sudeste/
Sul/ Nordeste► **São Paulo - SP**
Rua Iguatemi, 192.
Cj 141/142 - Itaim. Cep. 01451-010.
Fonefax (11) 3073-1450/3073-1451.► **Rio de Janeiro - RJ**
Edifício Dijon Business Center.
Rua Farne de Amoedo, 56 - Cj. 506 e
507 - Ipanema. Cep. 22420-020 - Rio
de Janeiro. Telefone: (21) 2103-4540.
E-mail: comercial.rio@oliberal.com.br

Preço do exemplar

Zona I - Abaetetuba, Ananindeua, Arapari, Barcarena, Belém, Benevides, Bragança, Capanema, Capitão Poço, Castanhal, Concórdia, Dom Eliseu, Igarapé-Miri, Irituia, Itinga, Mãe do Rio, Moju, Mosqueiro, Nova Timboteua, Ourém, Paragominas, Quatro Bocas, Salinas, Santa Izabel, Santa Luzia do Pará, Santa Maria, São Miguel do Guamá, Tailândia, Tomé-Açu, Ulianópolis e Vigia.► **Dias úteis R\$ 1,50**
► **Domingo R\$ 3,00****Zona II** - Almeirim, Altamira, Parauapebas, Conceição do Araguaia, Marabá, Monte Alegre, Monte Dourado, Portel, Porto de Moz, Redenção, Soure, Ourilândia do Norte, Tucumã, Tucuruí, Xingúara, Juruti, Santarém, Itaituba, Oriximiná e Óbidos.► **Dias úteis R\$ 2,00**
► **Domingo R\$ 3,60****Zona III** - Brasília (DF), São Luis, Teresina, Recife, Tocantins, Fortaleza, Manaus e Boa Vista.► **Dias úteis R\$ 2,30**
► **Domingo R\$ 4,80****Zona IV** - Demais Estados► **Dias úteis R\$ 3,40**
► **Domingo R\$ 7,20****Zona V** - Macapá► **Dias úteis R\$ 2,50**
► **Domingo R\$ 4,50**

Telefones de O LIBERAL

Reportagem: 3216-1138
Assinaturas: 3204-6000
Atendimento ao Assinante: 3216-1011
Classificados: 3277-9200
Comercial: 3216-1163 e 3216-1176

jose seráfico

Como esperado

O debate entre quatro dos candidatos à Presidência da República, levado ao ar por uma emissora de televisão, caracterizou-se pelo quase vazio de novidades. A rigor, os dois postulantes que a mídia teima em prestigiar com exclusividade revelaram assombrosa coincidência em pontos de vista e em conduta. Ambos portaram-se burocraticamente, ainda que o candidato do PSDB tentasse colocar algum calor em suas palavras. Dilma Rousseff, superando o esperado nervosismo inicial, dificilmente saberá cercar seus pronunciamentos do tom diferente dos relatórios e documentos burocráticos a que está acostumada.

Marina Silva, que costumamos ver ampliar nas platéias o interesse pelo que diz, quando lhe é dada a oportunidade de discursar, desta vez não conseguiu repetir o feito.

Talvez tenha prejudicado os três concorrentes o fato de que não apresentam qualquer diferença substancial em suas propostas, muitas delas evadidas de preconceitos. Agravam a situação de José Serra e Marina circunstâncias ligeiramente distintas das que acompanham Dilma.

Se o ex-ministro de Fernando Henrique Cardoso não encontra argumentos para desconstruir a obra de Luís Inácio Lula da Silva, a ex-ministra deste tem dificuldade em mostrar distância da orientação de seu ex-correligionário e líder.

No caso de Serra, percebeu-se com clareza quanto o incomoda a lembrança de que fez parte da equipe do governo responsável pelo mais irresponsável e deletério processo de privatização. Tanto é assim, que à moda de seu ex-chefe tentou colocar pesada lápide sobre o passado. Por os olhos no futuro apenas, como ele recomendou, pode ter sido o expediente encontrado para desviar a atenção dos telespectadores de seus vínculos mais viscerais.

Quando se reportou, espontaneamente ou provocado, a resultados do atual governo, o ex-governador paulista geralmente os aplaudiu. O aplauso sempre veio sob a manifestação do desejo de melhorá-los, apoiá-los ou aprofundá-los. Confirmou-se, portanto, a falta de argumento capaz de modificar a intenção dos que puseram mais feijão na mesa ou engordaram suas bilionárias contas-correntes. Não se espere desses dois segmentos que têm sustentado os índices de popularidade de Lula a troca do certo pelo outro, que promete o mesmo - mas é apenas uma promessa. A proximidade entre o que pensam e pretendem Dilma e Lula, no entanto, revela apenas mera sucessão entre FHC e o atual presidente, não algo de que o candidato do PSDB possa aproveitar-se eleitoralmente. Quem ganha pontos, nesse caso, é quem faz a diferença.

Dilma superou o nervosismo inicial, mas não apresentou algo

Ponho em dúvida a possibilidade de os novos debates entre presidenciais revelarem alguma novidade marcante

que revele a disposição de reorientar as linhas mestras da política praticada por Luís Inácio Lula da Silva. Para ficar em poucos exemplos, lembre-se de sua percepção da reforma agrária dentro dos limites até aqui estabelecidos.

O problema de Marina decorre de, pelo menos, duas circunstâncias: a de ter sido ministra de Lula e revelar perceptível nostalgia e tristeza por ter abandonado o governo; e a de fugir às contradições tão típicas da sociedade brasileira. Uma no cravo, outra na ferradura pareceu o lema da candidata.

Apresentando-se como o único postulante diferente, Plínio de Arruda Sampaio pode ser considerado o grande vencedor do primeiro debate. Fazendo absoluta e reiterada questão de colocar-se como representante do seu partido (o Partido Solidariedade e Liberdade - PSOL), o professor da Unicamp pôs o dedo na ferida de que padecem seus adversários: todos estão ligados por vínculos mais profundos aos interesses que fazem da oitava economia do Mundo um dos mais trágicos retratos da desigualdade social.

Muitos dirão ser cedo para avançar prognósticos, pelo menos quanto à qualidade dos debates que sucessivamente ocorrerão. Ponho em dúvida, porém, a possibilidade de os novos encontros revelarem alguma novidade marcante, especialmente quanto à inspiração dos postulantes.

O esforço de Serra por mostrar posição alinhada com a defesa do BNDES, por exemplo, foi a tentativa de tirar-lhe dos ombros o peso da suspeita de que se empenhará por privatizar o Banco do Brasil, a Petrobras e a Caixa Econômica - enfim, o que restou da privatização (com licença do Élio Gáspari) patrocinada por FHC.

A elegância de Marina, por sua vez, soou como sinônimo de bom-mocismo, voltado à manutenção de imagem afável, que em nada ajuda a superar as desigualdades contra as quais a candidata se pronuncia.

De Dilma, pode-se esperar apenas proveitoso treinamento em debates extragabinetes palacianos. Quase não se pode duvidar de que, ao final da campanha, estará à vontade diante de refletores e microfones.

Se for dado a Plínio de Arruda Sampaio o espaço que todo candidato merece, muita água rolará por debaixo da ponte. A oferta, todavia, depende dos próprios órgãos de comunicação, tão empenhados em moralizar a vida nacional, sobretudo se escapar a esse processo o espaço em que atuam.

■ José Seráfico é professor da Universidade Federal do Amazonas
E-mail: jserafico@uol.com.br

jbosco@oliberal.com.br

FICHA LIMPA EM BANHO-MARIA



denis farias

A lei do pré-sal

No dia 7 de julho passado, o nosso nobre e belo Senado Federal aprovou a lei que cria mais uma empresa estatal, a chamada Pré-sal Petróleo S/A (PPSA). Terá como objetivo primordial gerenciar os contratos de exploração do petróleo do pré-sal, que, segundo a geologia, é uma camada reservatória mais antiga do que a rocha do sal. Até onde se tem notícia, de todas as rochas da camada de pré-sal existentes no mundo, a primeira descoberta de reserva petrolífera foi no litoral brasileiro. Esse petróleo ficou conhecido popularmente como petróleo do pré-sal ou simplesmente pré-sal.

O que nos chamou a atenção foi a forma como se deu a aprovação desse projeto. A votação foi simbólica, isto é, sem verificação de quórum. Na verdade, foi a toque de caixa, de qualquer maneira. Foi aprovado pelos senadores que nós elegemos e carregamos nas costas, custeando infundáveis mordomias. Isso mesmo: todos nós, cidadãos brasileiros, trabalhamos para pagar elevadíssimos impostos, que em sua maioria são usados para bancar as regalias reais de nossos parlamentares. E na hora de trabalhar, de votar leis, eles fazem isso! Votam de qualquer jeito, ao sabor de interesses particulares e ocultos! A oposição até ensaiou uma manifestação, alegando que não era necessária a criação de uma empresa para esse objetivo, e que a gestão de contratos deveria ser feita por uma agência reguladora como a ANP (Agência Nacional do Petróleo), mas não deu resultado.

Pelo projeto, a empresa será vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com sede e foro em Brasília e escritório central no Rio de Janeiro. Além da gerência dos contratos de partilha da produção, a PPSA irá gerir a comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos que poderão ser explorados. Defenderá os interesses da União nos comitês operacionais. Terá também como função monitorar e auditar a execução dos projetos de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo. Custos e investimentos relacionados aos contratos de partilha de produção e os preços de venda do petróleo e gás natural da União. Irá até analisar dados sísmicos fornecidos pela ANP e pelos contratados sob o regime de partilha de produção, bem como fornecer à ANP as informações necessárias às suas funções regulatórias. Porém, ficará fora da responsabilidade da estatal a execução direta ou indireta das atividades de exploração, desenvolvimento, produção e comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

Para custear a estatal, os recursos serão tirados das rendas ob-

A lei que cria a PPSA foi aprovada, a toque de caixa, por senadores que nós elegemos e cujas mordomias nós custeamos

tidas com a gestão dos contratos de partilha de produção, dos contratos que ela celebrar com os agentes comercializadores de petróleo e gás natural da União, dos recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais e até de rendimentos de aplicações financeiras que poderá realizar.

Diz o projeto que o número de empregados, funções e cargos de livre provimento será fixado por um estatuto a ser aprovado pelo Poder Executivo. Pense! Isso, em épocas de eleição, será que não irá servir como moeda de troca para conseguir apoio eleitoral ou mais um cabide de emprego por conta do cidadão comum?

Os membros do conselho de administração da nova empresa serão nomeados pelo presidente da República e os funcionários, selecionados por meio de concurso público. Deverá obedecer ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

Vamos fiscalizar, amigo leitor! O projeto determina que os conselheiros livremente indicados pelos ministros de Minas e Energia, da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil só poderão ficar no cargo por quatro anos, admitida apenas uma recondução. Pelo menos em tese, não será permitido se eternizar ou aposentar no cargo!

Observa-se que somente para os membros da diretoria executiva é que será exigida reputação ilibada e comprovada experiência em assuntos compatíveis com o cargo. Por que não se exige o mesmo dos conselheiros? Então o conselho será composto por políticos e não por técnicos? É isso? Com a palavra, os senhores senadores e o Poder Executivo.

Somente os membros da diretoria executiva ficaram impedidos, por quatro meses, de prestar direta ou indiretamente qualquer tipo de serviço a empresa integrante da indústria do petróleo, sob pena de incorrer em prática no crime de advocacia administrativa. Além do tempo sobremodado exigido, por que essa regra não vale para os membros do conselho? Será ele composto somente por pessoas intocáveis, como o presidente do Senado, José Sarney?

O que era um projeto virou lei. O presidente Lula, no último dia 2 deste mês, sancionou sem vetos, ou seja, da forma como o Senado aprovou, a Lei nº 12.304/2010, autorizando o Poder Executivo a criar a PPSA.

■ Denis Farias é advogado.
www.denisadvogado.blogspot.com.

Um debate precário e superficial

MURILLO DE ARAGÃO

Como esperado, o primeiro debate presidencial promovido pela TV Bandeirantes não trouxe grandes novidades. Como bem disse Plínio de Arruda Sampaio (PSOL), o menino maluquinho do debate, todos os demais candidatos são mais ou menos iguais em suas propostas. Um pouco intervencionistas, um pouco nacionalistas, um pouco assim, um pouco assado.

No limite, foram, igualmente, superficiais, rasteiros e pedestres. Dilma Rousseff (PT), por conveniência tática. Em sendo a líder nas pesquisas de intenção de voto, não poderia se arriscar. Ainda mais que estreava no ramo dos debates eleitorais. Já José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV), por escassez de ideias divergentes e por erro tático.

O lado bom da mesmice é que nenhum dos candidatos competitivos apregou loucuras no campo econômico. Provocados por Plínio, foram ponderados em suas observações. Outro lado bom da mesmice é que todos - menos Plínio - têm compromisso com a democracia representativa. Nenhum deles traz no bojo qualquer ideia "chavista" ou coisa que o valha.

Portanto, por conta do credo na gestão econômica consistente e do apego aos ideais democráticos, os três candidatos merecem o apoio de todos. É um grande avanço para o país.

O lado ruim do debate é que não houve condições para que temas mais importantes fossem abordados com profundidade. Dai a grande imprensa se dedicar a avaliar como os candidatos se portaram e não o que falaram. O Brasil é um país onde a estética e a forma valem muito mais do que o conteúdo. O debate e suas repercussões são prova disso.

Para não ir longe, cito alguns temas óbvios que foram esquecidos ou superficialmente comentados: o sistema tributário, o sistema político-eleitoral, a questão da Previdência e a política externa. A tragédia não foi completa porque alguns temas relevantes mereceram comentários afirmativos: segurança (expansão das UPPs) e saúde (ampliação do SUS).

Com os candidatos esgrimindo em torno de microagendas, Dilma levou vantagem pelo fato de que é a candidata de um governo cheio de iniciativas e realizações e, ainda por cima, muito bem avaliado. De acordo com a última pesquisa Ibope (2 a 5 de agosto), 85% dos eleitores aprovam o governo.

A ausência de conteúdo foi patética. Em um país de maior reflexão, o debate seria considerado uma tragédia pela falta de profundidade. O ponto alto, se podemos dizer assim, foi o trocadilho de Joelmir Beting sobre a taxa de juros: cruz crédito!

Paradoxalmente, o debate teve três vencedores e um claro derrotado. Foi, mais ou menos, como aqueles festivais de publicidade em Cannes, onde todo mundo ganha um Leão por alguma coisa. Serra venceu por ter sido o mais claro e didático, ainda que chato. Dilma venceu, pois não foi massacrada, como muitos esperavam, e saiu-se bem para quem estreava em um debate como candidata presidencial. Plínio ganhou por ter tido um brilhareco e seus 15 segundos de fama. Já Marina, ecologicamente falando, não foi barro nem tijolo. Vamos ver se melhora a qualidade dos próximos debates.

Por fim, três comentários e uma conclusão sobre o debate. Ele teve um Ibope pouco acima de 5%, enquanto o jogo da semifinal da Copa Libertadores entre São Paulo e Internacional teve um Ibope de mais de 30%. Fica óbvio que o debate teve um impacto modesto em termos de eleitorado. O segundo aspecto é que o debate foi claro em mostrar que a disputa está polarizada entre Serra e Dilma. O terceiro aspecto é que nem Serra foi muito melhor nem Dilma foi muito pior. Assim, o debate deve ter pouco impacto na preferência de ambos nas próximas pesquisas. O que, no limite, favorece Dilma, que lidera as pesquisas.

■ Murillo de Aragão é cientista político.